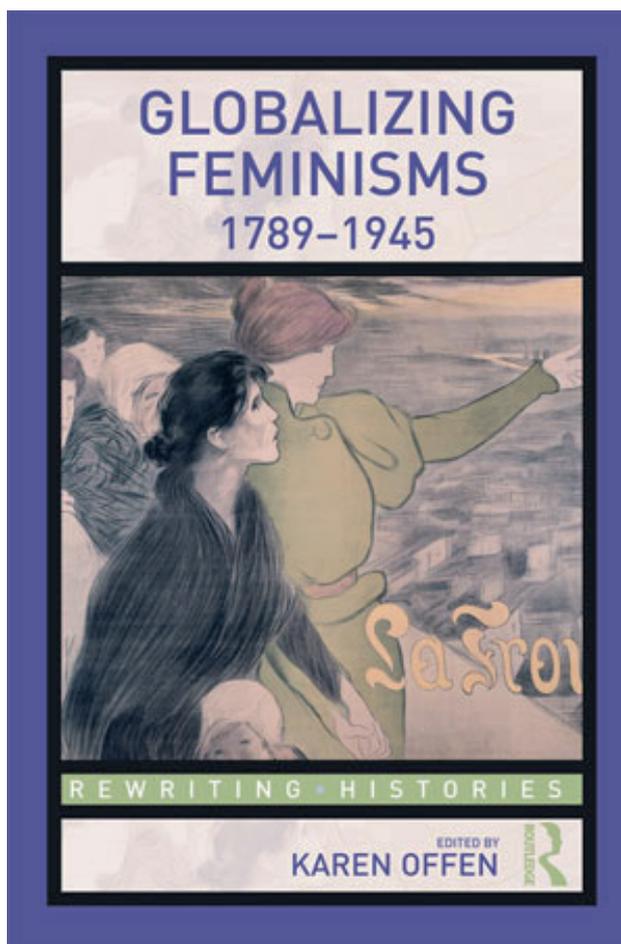


Gênero:

*uma invenção americana?*

TRADUÇÃO



OFFEN, Karen. *Globalizing feminisms: 1789-1945* (capa do livro).

*Karen Offen*

Doutora em História pela Universidade de Stanford (Estados Unidos), onde está vinculada ao Institute for Genre Research. É organizadora, entre outros livros, de *Globalizing feminisms: 1789-1945*. London: Routledge, 2010. kmoffen@stanford.edu

\* Doutoranda em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Bolsista Capes e Fapesp. [lerice.garzoni@gmail.com](mailto:lerice.garzoni@gmail.com)

\*\* Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da PUC-Rio Grande do Sul. Autor, entre outros livros, de *Porto Alegre e suas escritas: história e memórias da cidade*. Porto Alegre: Edipucrs, 2006. [monteiro@pucrs.br](mailto:monteiro@pucrs.br)

<sup>1</sup> Anteriormente, as analistas feministas anglo-fônicas empregavam a expressão “papéis sexuais” (sex roles) e criticavam os limites colocados à auto-realização (self-realization) dos indivíduos do sexo feminino.

<sup>2</sup> OAKLEY, Ann. *Sex, gender and Society*. London: Temple Smith, 1972. Sua formulação é a seguinte: “‘sexo’ é uma palavra que se refere às diferenças biológicas entre homem e mulher: a diferença visível na genitália e as diferenças na função reprodutiva. ‘Gênero’, entretanto, está relacionado à cultura: refere-se à classificação social de ‘masculino’ e ‘feminino’”.

<sup>3</sup> Ver DELPHY, Christine. *L'ennemi principal – 1: économie politique du patriarcat*. Paris: Syllepse, 1998 e DELPHY, Christine. *L'ennemi principal – 2: p Penser le genre*. Paris: Syllepse, 2001.

<sup>4</sup> Com Christine Planté e Eleni Varikas, Michèle Riot-Sarcey dirigiu um número especial dos *Cahiers du GRIF*, intitulado “Le genre de l’histoire” (O gênero da história), que contém a tradução do célebre artigo de Joan Scott “Gênero: uma categoria útil para a análise histórica” (n.º 37-38, 1988). Ver também RIOT-SARCEY, Michèle, *L’historiographie française et le concept de ‘genre’*. *Revue d’histoire moderne et contemporaine*, v.47, n.4, 2000, p. 805-814 (versão francesa para o artigo: The Difficulties of Gender in France. Reflections on a Concept. *Gender and History*, v. 11, n. 3, 1999, p. 489-498).

<sup>5</sup> Sobre o uso ou a resistência ao uso do termo “gênero” no contexto acadêmico francês, ver THÉBAUD, Françoise, *Genre et histoire*. In: BARD, Chris-

## Gênero: uma invenção americana?

Karen Offen

Tradução: Lerice Garzoni\*

Revisão técnica da tradução: Charles Monteiro\*\*

### RESUMO

Na França, é recorrente a idéia de que o conceito de gênero foi uma invenção americana, intraduzível pela palavra francesa *genre*. Porém, para além da questão gramatical, o uso corrente desse termo como construção sociopolítica e cultural dos sexos existe na língua francesa há muito tempo, tendo sido

empregado bem antes das intervenções de Beauvoir, Oakley e do sentido pós-modernista construído por Joan Scott e Judith Butler. O objetivo deste artigo é restabelecer a trajetória histórica de *genre* e, talvez, contribuir para questionar a resistência ao termo na França.

**PALAVRAS-CHAVE:** gênero; sexos; história de *genre*.



A formulação eloqüente de Simone de Beauvoir — “ninguém nasce mulher, torna-se mulher” — inspirou muitas leitoras dos dois lados do Atlântico. A idéia de que o sexo anatômico não governa totalmente a existência e o destino das mulheres, mas que ele é socialmente construído pela cultura, foi uma revelação para muitas estudiosas e militantes. O volumoso livro de Beauvoir (1949) foi parcialmente traduzido e publicado em inglês por H. M. Parshley em 1952, mas foram necessárias mais de duas décadas para que uma nova geração de feministas no mundo anglo-saxão — principalmente intelectuais e universitárias — começasse a batizar esse conceito com a palavra *gender*<sup>1</sup>.

A justaposição feita pela socióloga inglesa Ann Oakley de sexo (macho/fêmea, em referência à natureza) e de gênero (masculino/feminino, em referência à cultura)<sup>2</sup>, tão simples e fácil de compreender, foi rapidamente adotada no mundo anglo-fônico e, desde a década de 1970, se difundiu para além da abundante produção universitária feminista nas ciências sociais e humanas. Ele penetrou o vocabulário da imprensa e da mídia, a ponto de se falar, de forma errônea, de “dois gêneros” no lugar de “dois sexos”.

À exceção de algumas estudiosas, como Christine Delphy<sup>3</sup> ou Michèle Riot-Sarcey<sup>4</sup>, as universitárias francesas resistiram por longo tempo ao emprego da palavra “gênero”, preferindo falar em “masculino/feminino”, em “diferença sexual” ou em “relações sociais de sexo”<sup>5</sup>. Algumas inferiram que o conceito de gênero era uma invenção americana, intraduzível pela palavra francesa *genre*<sup>6</sup>. Porém, para além das distinções gramaticais, existe há muito tempo — bem antes de Beauvoir, Oakley, e do sentido pós-modernista construído por Joan Scott<sup>7</sup> e Judith Butler<sup>8</sup> — o uso francês do termo gênero

para se referir, dentro do vocabulário sócio-político e, sobretudo, o feminista, à construção social e cultural dos sexos. O objetivo deste artigo é traçar as trajetórias históricas de *genre* e, talvez, contribuir com um questionamento das resistências manifestadas na França em relação ao termo<sup>9</sup>.

### As origens francesas do gênero

Observemos a língua em primeiro lugar. O caso francês é particularmente interessante, porque o gênero gramatical encontra-se no centro da organização da língua, com efeitos curiosos para os estrangeiros. A palavra “feminino”, por exemplo, pode ser empregada tanto no masculino quando no feminino, segundo o gênero do nome que ela modifica. Na língua francesa, uma distinção terminológica muito clara entre “sexo” e “gênero masculino/feminino”, utilizado no sentido de construção social, pode ser traçada historicamente. Não é possível dizer o mesmo em relação a outras línguas européias. Em alemão e em sueco, a distinção entre “sexo” e “gênero” foi feita muito recentemente: a palavra *Geschlecht* significava os dois e as universitárias feministas suecas se apropriaram da palavra latina *genus* para demarcar o *kön*, que corresponde ao uso da palavra *sex* em inglês<sup>10</sup>. Na Holanda e na Rússia, as feministas se apropriaram de *gender*, sem muita discussão ou mal-estar<sup>11</sup>.

O exame de indícios históricos do pensamento feminista francês mostra os usos antigos de “gênero” para fazer referência à construção social (sobretudo sócio-política) do sexo. Já no século XVI, o escritor Henri-Corneille Agrippa de Nettesheim utilizou a palavra “gênero” como sinônimo de sexo, quando ele falou do “gênero masculino” e do “gênero feminino” para designar, não apenas o gênero gramatical, mas as categorias humanas de machos e fêmeas; ele também desenvolveu uma argumentação em torno da “nobreza e excelência do sexo feminino e sua preeminência sobre o outro sexo”<sup>12</sup>.

Esse uso não-gramatical da palavra gênero também é notado entre os sucessores de Agrippa. Em uma ampla amostragem de textos do século das Luzes<sup>13</sup>, é possível encontrar freqüentemente (senão sistematicamente) recorrentes exemplos do emprego inovador do par sexo/gênero em paralelo ao par natureza/cultura — exatamente como propôs Ann Oakley em 1972. Os críticos da subordinação feminina, em particular, mostraram uma sensibilidade aguda ao fato de que as relações entre os sexos não eram decididas de antemão, nem pelo bom Deus, nem pela mãe-natureza. Nesse contexto, a distinção entre “natureza” e “cultura” era empregada como argumento contra a inferioridade da mulher e sua subordinação ao homem. Os feministas dessa época condenaram essa dominação que resultava, aos seus olhos, de brutos desejos dos homens e de sua força física, denunciando que a parca educação dada às jovens era um meio de fortalecer o elemento masculino.

Desde o século XVII e através de todo o século XVIII, inúmeros escritores defenderam que as mulheres eram deformadas pela cultura e por um ensino inadequado. Era por meio da educação e do ensino que os feministas — homens e mulheres — discutiam a distinção “sexo/gênero”. Além da sujeição dentro do casamento (às vezes qualificado como escravidão), a crítica da educação das mulheres foi fundamental na própria crítica da ordem social existente no tempo das Luzes. Alguns historiadores

tine; BAUDELOT, Christian e MOSSUZ-LAVAU, Janine (dir.). *Quand les femmes s'en mêlent. Genre et pouvoir*. Paris: Éditions de la Martinière, 2004, p. 44-63 e THÉBAUT, Françoise. *Écrire l'histoire des femmes et du genre*. Lyon: ENS Éditions, 2006. (reedição revisada e ampliada de *Écrire l'histoire des femmes*, ENS Éditions, 1998).

<sup>6</sup> Penso principalmente em Mona Ozouf e Anne-Maire Sohn. Essa última exprimiu publicamente, no Congresso Internacional de Ciências Históricas em Montreal (1995), a opinião de que “gênero” não passava de um anglicismo irritante. Em seguida, ela publicou uma versão matizada desse argumento em SOHN, Anne-Marie. *Histoire des femmes et concepts importés* in CHARLE, Christophe et al. *La France démocratique. Mélanges offerts à Maurice Agulhon*. Paris: Presses de la Sorbonne, 1998, p. 45-54.

<sup>7</sup> Ver SCOTT, Joan W. *Genre: Une catégorie utile d'analyse historique. Les Cahiers du GRIF*, n. 37-38, 1998, p. 125-153 (tradução do artigo publicado em 1986 na *American Historical Review*. Para a versão em português, ver *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v.16, n.2, jul/ dez, 1990, pp.5-22) e Scott, Joan W. *Gender and the Politics of History*. New York: Columbia University Press, 1998. Parece que a resistência ao termo gênero aumentou após a tradução francesa do artigo de Joan Scott.

<sup>8</sup> Ver BUTLER, Judith. *Trouble dans le genre. Pour un féminisme de la subversion*. Paris: La Découverte, 2005 (tradução da obra publicada em inglês em 1990 e reeditada em 1999. A versão em português foi publicada no Brasil pela editora Civilização Brasileira em 2003.) e BUTLER, Judith. *Défaire le genre*. Paris: Éditions Amsterdam, 2006.

<sup>9</sup> Recentemente, a “Comissão geral de terminologia e de neologismo” proclamou, contra a prática invasiva do termo, sobretudo em sociologia, que “a substituição de sexo por gênero não responde portanto a uma necessidade lingüística e a extensão do sentido da palavra gênero não se justifica em francês”. Essa comissão também considera que a palavra e o conceito de gênero “deriva

do inglês". Veja *Journal Officiel*, n. 169, 22 juillet, 2005. Desde a presidência de Charles de Gaulle, a França é marcada por uma dose de chauvinismo cultural e resistência à importação de noções e termos não-franceses.

<sup>10</sup> Algumas estudiosas suecas também propuseram a introdução da palavra inglesa *gender*. Em alemão, Gisela Bock falou pela primeira vez de *Geschlecht* como categoria social. Ver BOCK, Gisela. *Historische Frauenforschung. Fragestellungen und Perspektiven*. In: HAUSEN, Karin (ed.) *Frauen suchen ihre Geschichte. Historische Studien zum 19. und 20. Jahrhundert*. München: Beck Verlag, 1983, p. 22-60.

<sup>11</sup> Veja BOSCH, Mineke, "Internationalism and Theory in Women's History", *Gender & History*, v. 3, n. 2, 1991 e GRÜNNEI, Marianne, "Women's Studies in Russia: An Interview with Anastasia Posadskaya-Vanderbeck", *European Journal of Women's Studies*, v. 5, n. 3-4, 1998, p. 502-3.

<sup>12</sup> AGRIPPA DE NETTESHEIM, Henri Corneille. *Sur la noblesse et l'excellence du sexe féminin, de sa prééminence sur l'autre sexe*. Paris: Côté-femmes, 1990, p.79. Essa obra, composta em 1509, foi publicada pela primeira vez em latim (1529) e posteriormente traduzida para o francês (1537) e para o inglês (1542).

<sup>13</sup> Ver OFFEN, Karen, "Reclaiming the Enlightenment for Feminism" in AKKERMAN, Tjitske e STUURMAN, Siep (org.) *Perspectives on Feminist Political Thought in European History*. London & New York, Routledge, 1998 e OFFEN, Karen. *European Feminisms, 1700-1950: a political history*. Stanford: Stanford University Press, 2000. Reforço a importância de prestar atenção às duas vertentes do debate e não apenas às vozes antifeministas dos homens.

<sup>14</sup> Ver RENDALL, Jane. *The Origins of Modern Feminism*. New York: Schocken, 1984 e TOMASELLI, Sylvia. *The Enlightenment Debate on Women*. In *History Workshop Journal*, n. 20, 1985, pp. 101-124.

<sup>15</sup> No período iluminista, o discurso anti-feminista de Jean-Jacques Rousseau invadiu outros estudos. Ver TROUILLE, Mary Seidman. *Sexual Politics in the Enlight-*

escoceses muito renomados mostraram a identificação da mulher à cultura nesse período, assim como a importância de sua missão civilizadora (leia-se cultural), uma estratégia que havia fornecido grande força política à noção de mãe-educadora<sup>14</sup>. É, portanto, nesse contexto histórico, e não por causa do historiador Jules Michelet no século XIX ou do antropólogo Claude Lévi-Strauss no século XX, que o debate natureza/sociedade teve início, assim como a psicologia sexual e a construção social passaram a ser distinguidas e nomeadas em termos das relações sociopolíticas dos sexos. Além disso, a maior parte dos textos do século XVIII associava mulher e cultura, afastando-se da identificação da mulher com "a natureza", como fizeram Michelet e Lévi-Strauss séculos mais tarde. Na realidade, Rousseau foi o precursor dessa idéia, em oposição às demandas feministas de seus contemporâneos. Muito rapidamente, a visão de Rousseau foi adotada pelos médicos, sobretudo após a Revolução Francesa<sup>15</sup>.

Recentemente, os historiadores da cultura filosófica francesa do século XVIII, principalmente a alemã Liselotte Steinbrügge, destacaram como a categoria "mulher" foi "naturalizada" nas obras de filósofos (sobretudo franceses) da época, e Thomas Laqueur chegou a postular, ao reler textos médicos segundo uma perspectiva foucaultiana, que o "sexo" foi "criado" durante esse período<sup>16</sup>. O que é importante de demonstrar, entretanto, do ponto de vista da história do feminismo, é precisamente isso: esses discursos "naturalizantes" devem ser compreendidos como respostas anti-feministas aos argumentos desenvolvidos pelos feministas de então (muito pouco conhecidos atualmente) que enfatizavam a construção, por meio de uma educação ruim, da "mulher enquanto gênero", o que minava a "igualdade natural" em relação aos homens<sup>17</sup>.

Na França, tal "naturalização" da mulher nunca se impôs totalmente, pois sempre houve um número significativo de discursos "feministas" afirmando que a cultura, e não a natureza, é o domínio das mulheres. Contra essa insistência se constituem precisamente todos os esforços realizados para organizar e controlar a formação e a educação das jovens, desde Fénelon e Rousseau até as poderosas educadoras do século XIX e início do século XX; assim como a rivalidade acirrada entre católicos e laicos em relação a esse tema<sup>18</sup>. É possível dizer que aquilo que chamamos hoje de "construção social do gênero" teve sua origem nos debates franceses de séculos precedentes sobre a questão das mulheres e a formação que elas deveriam receber em uma sociedade definida pelos homens. A bela formulação de Simone de Beauvoir apenas relançou, com um vocabulário saturado de filosofia existencialista, uma idéia que tem raízes profundas nas noções de "ser/tornar-se" do pensamento feminista (e, evidentemente, antifeminista também) dos séculos anteriores.

## Da Enciclopédia a Simone de Beauvoir

Se lingüística e gramática têm relação com o gênero, é importante destacar que, desde muitos séculos na França, esses modelos gramaticais se inscreveram nas considerações teóricas sobre o sexo e sua construção social. Contra as conclusões da atual Comissão geral de terminologia e de neologismo<sup>19</sup>, pode-se citar a célebre enciclopédia de Diderot e seus amigos. No volume VII publicado em 1757, o artigo "Gênero" aponta a distinção entre "sexo" e "gênero" que continua a caracterizar o uso de Beauvoir,

de Oakley e de inúmeras feministas francesas. A palavra *genre* (derivada do termo *genus*, *-eris* em latim, que a mesma raiz de *gender* no inglês) era identificada inicialmente aos traços sexuais e suas construções sociais. Na Enciclopédia, lemos:

*Gênero ou classe, no uso corrente, são quase sinônimos, e significam uma coleção de objetos reunidos segundo uma característica que lhes é comum e própria: é natural considerar que é nesse mesmo sentido que a palavra gênero foi introduzida inicialmente na Gramática, e que tenha sido empregada para marcar uma classe de nomes reunidos sob um ponto de vista comum que lhes é exclusivamente próprio. A distinção dos sexos parece ter ocasionado aquela dos gêneros nesse sentido, uma vez que se distingue o gênero masculino e o gênero feminino, e que são somente dois elementos nessa distribuição em quase todas as línguas que empregamos.*<sup>20</sup>

Este artigo afirma claramente que o gênero gramatical, designado no masculino e no feminino, é uma consequência da distinção corporal pré-existente entre os sexos, mas não há uma grande distância para traspor o termo para contextos sócio-políticos. Ainda que o termo “gênero” não tenha figurado como tal nos debates de fins dos anos 1750, travados entre Rousseau e Alembert sobre a questão do papel e da educação das mulheres, as considerações sexo/gênero foram freqüentes nos anos 1770, ligadas principalmente à discussão do famoso caso do cavaleiro de Eon. O cavaleiro, um militar francês e em seguida diplomata na corte de George III na Inglaterra, vestia algumas vezes indumentárias femininas e foi, segundo alguns, “a mulher mais conhecida da Europa” e, segundo Edmund Burke, “a pessoa mais extraordinária daquela época”. A partir de 1771, os homens de negócio de Londres começaram a fazer apostas sobre seu sexo. Em 1776, o rei Luís XVI o convocou na França e lhe ordenou que vestisse somente roupas de mulheres. Ele adotou, então, uma identidade feminina que foi conservada até sua morte em 1810, quando foi revelada sua anatomia masculina<sup>21</sup>. Assim, a ambigüidade sexual e a possibilidade de um gênero que não corresponde ao sexo se tornaram um tema freqüentemente abordado na imprensa européia.

O caso de Eon evidencia que as questões de gênero — assim como todas as reivindicações feministas — eram tema de intensa discussão à época e que algumas mulheres compreenderam o que estava em jogo. No ano de 1792, por exemplo, Madame d'Épinay — que fora outrora a “protetora” de Rousseau — escreveu a seu amigo o abade Galiani comentando o panfleto sobre as mulheres recentemente publicado por Antoine-Léonard Thomas da Academia Francesa. Ela criticava Thomas porque “ele atribui à natureza aquilo que nós herdamos evidentemente da educação ou da instrução, etc.” e acrescenta: “será necessário sem dúvida muitas gerações para que tornemos a ser como a natureza nos fez. Eles estão muito satisfeitos que não sejamos piores do que somos, depois de tudo o que eles fizeram para nos desnaturalizar, através de suas belas instruções... Isso é tão evidente que nem vale a pena ser dito”<sup>22</sup>.

É nesse contexto que se deve compreender também o comentário feito em *Conversações de Emílio* (1776), no diálogo entre uma mãe e uma filha: “Quando eu digo homem, eu me refiro a todas as criaturas humanas; quando eu digo um homem, eu designo apenas uma criatura

*enment. Women Writers Read Rousseau.* New York: State University of New York Press, 1997.

<sup>16</sup> STEINBRÜGGE, Liselotte, *The Moral Sex: woman's nature in the french enlightenment.* New York & Oxford: Oxford University Press, 1995. LA-QUEUR, Thomas W. *La Fabrique du sexe. Essai sur le corps et le genre en Occident.* Paris: Gallimard, 1992. (tradução da obra publicada em inglês em 1990. No Brasil, a editora Relume-Dumará publicou a versão em português em 2001).

<sup>17</sup> Como destaco nos trabalhos já citados, considero importante estar atento aos dois lados do debate, não somente às vertentes anti-feministas.

<sup>18</sup> Veja os numerosos trabalhos de Françoise Mayeur, Linda Clark ou Guyonne Leduc. Veja também ROGERS, Rebecca. *From the Salon to the Schoolroom. Educating Bourgeois Girls in Nineteenth-Century France.* University Park: Penn State University Press, 2006.

<sup>19</sup> Veja nota 9.

<sup>20</sup> E. R. M., « Genre, f. m. *terme de Grammaire* » in *l'Encyclopédie*, volume VII, Paris 1757, reedição de 1969, p. 589 e seguintes. É preciso assinalar que, no mesmo volume da Enciclopédia, há notas adicionais em torno de gênero nos artigos sobre metafísica, geometria, história natural, anatomia, literatura, retórica, música e pintura. É essencial destacar que não há referências aos efeitos masculino/feminino nas rubricas de história natural ou de anatomia.

<sup>21</sup> Ver KATES, Gary. *Monsieur d'Eon is a woman: a tale of political intrigue and sexual masquerade.* New York: Basic Books, 1995.

<sup>22</sup> ÉPINAY, Louise-Florence Pétronille de Tardieu d'Esclavelles. *Lettre de Mme d'Épinay à l'abbé Galiani, 14 mars 1772.* Publicado em CROCE, Benedetto. *Una lettera inedita della signora d'Épinay e il 'Dialogue sur les femmes' dell'abate Galiani. Mélanges d'histoire littéraire générale et comparée offerts à Fernand Baldensperger.* Paris: Honoré Champion, 1930, p.178-80.

<sup>23</sup> ÉPINAY, Louise-Florence Pétronille de Tardieu d'Esclavelles. *Les conversations d'Émilie*. Paris: Pissot, 1776.

<sup>24</sup> MULOT. Journal intime de l'abbé Mulot (1777-1782). In TOURNEUX, Maurice. *Mémoires de la Société de l'Histoire de Paris et de l'Ile-de-France*, v. 29, 1902, p.104-6. Nota da Tradutora (NT): No original, não se fala propriamente em «escola», mas em «Lycée» que é o estabelecimento público francês destinado ao ensino secundário. Da mesma forma, não se fala em «quarto, mas em «boudoir» que é um pequeno salão elegante de damas.

<sup>25</sup> Requête des dames à l'Assemblée Nationale (1789). In: SOBOUL, Albert (org.). *Les femmes dans la révolution française, 1789-1794*. Paris: EDHIS, 1982.

humana do gênero masculino. Quando eu digo uma mulher, eu designo uma criatura humana do gênero feminino”<sup>23</sup>. Nessas frases, Madame d'Épinay destaca sua compreensão de equivalência do sexos na natureza, assim como o dualismo resultante de uma noção culturalmente construída de gênero. O diário do abade Mulot entre os anos 1777 e 1782 oferece outra expressão da distinção entre sexo e gênero no sentido de natureza e cultura, e confirma o uso de gênero como construção social do sexo, com categorias permeáveis de masculino e de feminino. O autor joga com o termo para ridicularizar Madame de Genlis que ele chama de “governante” (e não “governanta”) dos filhos do Duque de Orleans. Ele se refere a essa mulher como “esse governante de um novo gênero” e acrescenta: “a governanta governante queria fazer-se homem, mas lhe faltava alguma coisa, e ela não chegava a ser nem homem, nem mulher”. Antes de concluir, apresentava um poema sem autoria que circulou em detrimento de Madame de Genlis:

No físico, eu sou do gênero feminino,  
Mas no moral eu sou do masculino.  
Minha existência hermafrodita  
Carrega um espírito maligno,  
Sou senhor na escola  
E senhora no quarto.<sup>24</sup>

Da mesma forma, no começo da Revolução Francesa em 1789, uma brochura anônima, *Requisição das damas à Assembléia Nacional*, denunciou a “aristocracia masculina” e solicitou a abolição de todos os privilégios do sexo masculino. Muito radical, o texto terminava com o esboço de um decreto que estipulava:

1. Todos os privilégios do sexo masculino são completamente e irrevogavelmente abolidos em toda a França.
2. O sexo feminino gozará sempre da mesma liberdade, as mesmas vantagens, os mesmos direitos e as mesmas honras que o sexo masculino.
3. O gênero masculino não será mais visto, mesmo gramaticalmente, como o gênero mais nobre, visto que todos os gêneros, todos os sexos e todos os seres devem ser e são igualmente nobres.<sup>25</sup>

Os dois primeiros pontos solicitam a abolição de discriminações de sexo mas o terceiro se refere de forma eloqüente à relação entre sexo, gênero, linguagem e poder, assim como às reivindicações das mulheres francesas por igualdade social e política. Mesmo se esse documento tenha sido uma ficção de autoria masculina, ele ainda assim demonstra muito claramente como era possível pensar essas questões no início da época revolucionária.

Durante os anos turbulentos da contra-revolução, os médicos-filosóficos franceses, como mostram inúmeras pesquisas, mantiveram uma profícua produção escrita com o objetivo de restabelecer os limites biológicos das mulheres enquanto sexo, principalmente Cabanis e Virey, cujas obras tiveram grande impacto. Esses médicos empregaram vastos esforços para “naturalizar” a mulher e estabelecer cientificamente que a anatomia e o a fisiologia limitavam estritamente o destino, ao menos para

as mulheres<sup>26</sup>. Mas, por muito tempo negligenciou-se o fato de que esses tratados médicos constituem um discurso de combate contra o poderoso emprego anterior do conceito de gênero e que os textos emancipacionistas anteriores transmitiram a uma nova geração de feministas. Em particular, a *Requisição das damas* foi republicada nos anos 1860, com uma seleção de outros textos feministas da época revolucionária.<sup>27</sup>

Algumas feministas do século XIX reconheceram que, na realidade, a biologização das mulheres pelos médicos foi, simplesmente, um produto de sua política sexual do saber. Assim, durante os anos 1850, a combativa Jenny P. d'Héricourt, que estudou na faculdade de medicina de Paris para conseguir o certificado de parteira, se confrontou às proposições anti-feministas de P. J. Proudhon. Ela criticou severamente sua obsessão por provar a superioridade total (física, intelectual e moral) dos homens através de uma categorização injustificada. Os usos de “gênero, classe” não passavam, segundo ela, de construções mentais arbitrarias<sup>28</sup>.

Da mesma forma, no momento em que a agitação feminista se ampliava em Paris em 1868, a célebre oradora, livre pensadora e feminista, Maria Deraismes falava abertamente de dois gêneros, distintos dos dois sexos, criticando o sexismo do saber teológico estabelecido. Ela abre assim uma conferência intitulada “A Mulher e o direito”, tratando do que ela chamava “a causa primordial”, que não tem nem gênero nem sexo mas que engloba os dois gêneros: “os dois gêneros são coexistentes e necessários à procriação; portanto são iguais”. Em seguida, discutindo a história da criação transmitida pela Bíblia, ela afirma que “Ele [Jeová] os criou a sua imagem e os fez homem e mulher. Então, ele era dos dois gêneros”, dito de outro modo, Deus era masculino e feminino ao mesmo tempo. Enfim, ela enfatiza: “a inferioridade das mulheres não é um fato da natureza, nós repetimos, é uma invenção humana, uma ficção social”<sup>29</sup>.

Em outra intervenção pública, a oradora critica “o gênero masculino” que se constituiu em aristocracia<sup>30</sup>, tema desenvolvido nos anos seguintes. Será que ela tomou de empréstimo esses termos da *Requisição das Damas* republicada em 1865 por Le Faure? Não temos certeza absoluta, mas é bastante provável. O que sabemos com certeza é que Maria Deraismes formulou claramente o sentido de uma distinção e de uma relação entre sexo e gênero, sentido que corresponde tanto ao uso identificado em diferentes textos escritos ao longo do século XVIII, quanto ao uso corrente atual nos discursos feministas dos mundos franco-fônicos, anglo-fônicos e em outras partes do mundo.

Assim, a compreensão do gênero como construção social do sexo na França está profundamente enraizada, desde muito tempo, nos discursos de emancipação das mulheres, e (implicitamente ou explicitamente) preocupou todos aqueles e aquelas que discutiram a educação e a instrução das meninas — e dos meninos. Que Simone de Beauvoir seja considerada a transmissora dessas idéias às leitoras anglo-americanas, por meio de uma linguagem da filosofia existencialista (ser e tornar-se) e sem utilizar explicitamente a terminologia sexo/gênero, nos fala sobre o apagamento do discurso feminista através dos tempos. Embora tenha havido esse apagamento, espero ter demonstrado que é errôneo considerar que “gênero” não tenha um uso aceitável em francês, eu espero também ter convencido as historiadoras francesas a abraçar essa herança. Finalmente, é possível

<sup>26</sup> BURTON, June. *Napoleon and the Woman Question*. Lubbock: Texas Tech University Press, 2007.

<sup>27</sup> LE FAURE, Amédée. *Les droits de la femme*. In: *Le Socialisme pendant la Révolution française (1789-1798)*, 2<sup>e</sup> édition, Paris: Librairie Internationale A. Lacroix, 1867.

<sup>28</sup> HERICOURT, Jenny P[oinsard] d'. *La Femme affranchie, réponse à MM. Michelet, Proudhon, E. de Girardin, A. Comte et aux autres novateurs modernes*. Bruxelles: A. Lacroix, Van Meenen et Cie, 1860. Ver também BOCK, Gisela. *Women in European History*. Oxford: Blackwell, 2002.

<sup>29</sup> DERAISMES, Maria. *La femme et le droit*. In: *Eve dans l'humanité*. Paris: L. Sauvaire, 1891 (reeditado por Côté-Femmes Éditions em 1990, pp. 22, 26 e 39). Seu discurso data de 1868.

<sup>30</sup> *Idem*, 1990, p.65.

considerar que o mundo anglo-fônico tenha se apropriado da justaposição sexo/gênero da língua francesa, batizando *genre* de *gender*. Mas essa já é outra história a ser investigada.



*Tradução e publicação autorizadas pela autora em fevereiro de 2011.*